

## **O curso de Língua e Cultura Mbyá Guarani na Casa de Culturas Indígenas da USP<sup>1</sup>**

Vitor Miranda Ciochetti (Faculdade de Educação da USP/ São Paulo)  
**Palavras-chave:** culturas indígenas; línguas indígenas; Mbyá Guarani.

Para este trabalho, inicialmente foi pensado em apresentar as experiências que têm sido desenvolvidas no curso de Língua e Cultura Mbyá Guarani, realizado na Casa de Culturas Indígenas e sob a coordenação da Rede de Atenção à Pessoa Indígena, na Universidade de São Paulo (USP), com o objetivo de discutir as suas potencialidades e desafios. No entanto, no intuito de dialogar com a proposta do Grupo de Trabalho sobre a criação de uma Universidade Indígena no Brasil, este texto abordará, de forma mais detalhada, as atividades desenvolvidas pela Rede de Atenção à Pessoa Indígena (Rede Indígena), bem como seu histórico de atuação, no âmbito do Instituto de Psicologia da USP, localizado na Cidade Universidade Armando Salles Oliveira. Além disso, serão apresentados dados relativos à presença indígena na universidade.

Esse relato parte das experiências já publicadas em revistas, jornais e materiais divulgados pelos integrantes da Rede Indígena e das minhas próprias experiências de pesquisa e atuação com o grupo. É importante destacar a minha posição enquanto pessoa branca que vem trabalhando com as culturas indígenas na pesquisa educacional e buscando atuar como aliado da luta dos povos indígenas.

Desde 2022, participo como voluntário da Rede Indígena junto com seus integrantes, atuando em algumas frentes de trabalho. Entre elas, venho trabalhando, desde 2023, como monitor do Curso de Língua e Cultura Mbyá Guarani, que será abordado mais adiante. Além disso, venho participando dos diversos encontros promovidos pela Rede Indígena na Casa de Culturas Indígenas.

### **Estudantes e professores indígenas na USP: presenças, lutas e desigualdades**

Para compreender essas experiências desenvolvidas com povos indígenas no contexto da USP, é necessário levar em consideração alguns dados que revelam as desigualdades étnico-raciais presentes nesta instituição. Não é novidade que as

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 34<sup>a</sup> Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024);

universidades públicas estaduais paulistas, a saber, a USP, a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e a Universidade Estadual Paulista (Unesp), foram as últimas universidades mais “prestigiadas” do país a incluírem políticas de ação afirmativa com recorte étnico-racial para o ingresso de estudantes, entre elas, as assim chamadas cotas étnico-raciais para pretos, pardos e indígenas (PPI) e o vestibular indígena.

Devido a pressão de diferentes atores sociais, com destaque para o Movimento Negro, em 2013, a Unesp aprova as cotas étnico-raciais para ingresso no vestibular de 2014. Já a Unicamp aprovou dispositivo semelhante em 2017, para o ingresso em 2019. Enquanto a USP inaugurou a reserva de vagas para pessoas negras e indígenas para o ingresso em 2018. Dentre essas, apenas a Unicamp adotou o vestibular indígena junto com as cotas étnico-raciais.

Em 2012, com a decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a constitucionalidade das cotas, a Frente Pró-Cotas da USP, em articulação com o Núcleo de Consciência Negra, protagonizaram o movimento pela implementação de cotas étnico-raciais na universidade, promovendo debates, eventos culturais e pautando a reivindicação no contexto das greves que ocorreram na USP em 2013, 2014 e 2016.

No contexto da greve de 2016, o Levante Indígena da USP, a primeira organização indígena da universidade, é formado com o objetivo de pautar, além da implementação da reserva de vagas para pessoas PPI, o vestibular indígena enquanto política específica de ingresso para estudantes indígenas, que ainda vem sendo reivindicado no contexto das lutas pela democratização do acesso na instituição.

Apesar de proporcionar avanços significativos, as cotas étnico-raciais para pessoas PPI têm demonstrado que esse dispositivo é insuficiente para a inclusão de estudantes indígenas no ensino superior. Sabendo que o direito a uma educação específica e diferenciada é um direito constitucional dos povos indígenas garantido pela Constituição de 1988, exigir que esses concorram com estudantes negros que cursaram o ensino básico regular torna-se um sério problema. Além disso, os povos indígenas aldeados acabam tendo menos oportunidades de ingresso em universidades por meio das cotas que as pessoas indígenas que vivem em contexto urbano, tendo em vista que estas últimas, muitas vezes, acessam apenas o ensino básico regular e obtêm vantagem competitivas para o ingresso em relação aos indígenas aldeados (BANIWA, 2013).

Tendo isso em vista, é notório a baixa representação de indígenas na USP, como se pode observar no quadro abaixo, em que apresentamos os dados referentes à identidade étnico-racial de docentes e discentes da universidade.

### Identidades étnico-raciais de docentes e discentes da USP

	Docentes	Estudantes de Graduação	Estudantes de Pós-graduação
Amarelo	192	2.986	611
Branco	4.699	38.546	13.960
Preto	28	3.124	936
Pardo	93	10.461	2.592
Indígena	2	66	78
Não identificado	137	4.934	19.061
Total	5.151	60.117	37.238

Quadro 1. Fonte: Anuário Estatístico USP (2023). Elaboração do autor.

No quadro apresentado, se nota que o número de estudantes indígenas na graduação representa apenas 0,10% do número total de estudantes. De acordo com o Anuário Estatístico da USP (2023), entre estudantes indígenas dos cursos de graduação, a maior parte deles estão localizados na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (17) e na Escola de Artes e Ciências e Humanidades (8).

Nos cursos de pós-graduação, se percebe que a participação de estudantes indígenas (78) é superior do que nos cursos de graduação (66), dado este que não se apresenta entre os outros grupos étnico-raciais. Nos cursos de pós-graduação, os estudantes indígenas representam aproximadamente 0,20% do total de estudantes. A maior parte deles estão concentrados na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (29) e na Escola Politécnica (6).

No quadro de docentes, a subrepresentação das populações indígenas é ainda mais evidente. Contando apenas com dois docentes indígenas em um universo de 5151 docentes, a representação do segmento indígena é de 0,03% em relação ao total.

Sendo um desses professores indígenas, Danilo Silva Guimarães, de ancestralidade Tikmu'un (Maxakali), é docente do Instituto de Psicologia (IPUSP) desde 2011, atuando como Livre-docente, desde 2017, na área de História e Filosofia da Psicologia, do departamento de Psicologia Experimental (PSE). Guimarães é

coordenador da Rede de Atenção à Pessoa Indígena, que será apresentado no próximo tópico.

### **Rede de Atenção à Pessoa Indígena**

Em 2012, a Rede Indígena iniciou suas atividades como um projeto de extensão vinculado ao Laboratório de Interação Verbal e Construção do Conhecimento, situado no departamento de PSE do IPUSP, tendo como objetivo:

contribuir para o campo de referências que concerne a atenção às vulnerabilidades psicossociais enfrentadas por pessoas e comunidades indígenas, apoiando-se em uma constante reflexão acerca dos horizontes de possibilidades e modos de ação da Psicologia nas situações interétnicas. (GUIMARÃES et al., 2019, p. 148).

Nesse contexto inicial, foram realizadas visitas às aldeias indígenas Mbyá Guarani, localizadas em Terras Indígenas da região sul e região norte da cidade de São Paulo, em que foi proposto a realização de rodas de conversas com temas que foram pautados por lideranças das comunidades. Esses encontros tiveram por base a premissa de se estabelecer uma escuta qualificada capaz de estabelecer vínculos de confiança, necessários para a compreensão das vulnerabilidades psicossociais vividas no contexto dessas comunidades (GUIMARÃES, 2017, p. 150).

No contato inicial realizado por Guimarães às comunidades Mbyá Guarani, o docente relata uma resistência em relação a uma abordagem muito comum na aproximação de atores universitários com as comunidades indígenas: a prática de pesquisa. Esse primeiro contato foi realizado com um professor indígena da Terra Indígena do Jaraguá. Como observa Guimarães: “Entendi que a comunidade estava aberta à minha visita como pessoa, mas não gostaria que a relação, que estava por ser construída, fosse marcada por uma prática de pesquisa científica entendida como extração, exploração ou expropriação de conhecimentos comunitários.” (GUIMARÃES, 2020, p. 62). Nesse contexto, foi colocado como prioridade o desenvolvimento de trabalhos colaborativos e dialógicos entre conhecimentos científicos da psicologia com os conhecimentos tradicionais Mbyá Guarani a partir de ações de extensão, colocando como prioridade o desenvolvimento de relações de confiança compartilhada e pautados

pelos interesses e prioridades estabelecidas pelos povos indígenas, buscando superar as relações coloniais estabelecidas com as universidades.

Em 2015, o projeto de extensão da Rede Indígena é reconhecido institucionalmente como um serviço. De acordo com o Guia da Curricularização da Extensão na USP (2023), um serviço é uma modalidade das atividades de extensão, que consistem em: “Atividades de caráter permanente ou eventual, que compreendam a execução ou participação em serviços profissionais. Pressupõe habilidades e conhecimentos específicos, de domínio dos estudantes, orientados por docente especialista no assunto.” (p. 14).

No âmbito da prestação de serviços, a Rede Indígena possui o Núcleo de Atendimento Psicológico, com ações voltadas à formação de estudantes de Psicologia e com o propósito oferecer serviços de promoção de saúde para pessoas indígenas, para atender as vulnerabilidades psicossociais.

Parte-se de uma abordagem crítica à perspectiva clássica da Psicologia, que historicamente excluiu as pessoas indígenas como sujeitos e não considera suas especificidades culturais. Essa formação se realiza na exposição dos estudantes de psicologia em situações de diálogo com populações indígenas em suas diversidades e complexidades, questionando a presença da Psicologia nas situações de diversidade étnica-racial e cultural. Uma das propostas apresentadas consiste na realização de visitas às comunidades Mbyá Guarani, nas quais os estudantes são expostos em vivências culturais que objetivam provocar rupturas em concepções estabelecidas (GUIMARÃES *et al.*, 2019).

Se percebe que as ações da Rede Indígena extrapolam a realização de atividades com fins à execução ou participação em serviços profissionais, abarcando também ações no âmbito do ensino, pesquisa e outras atividades de extensão. Se institucionalmente a Rede Indígena é reconhecida como um serviço, de modo informal se constitui enquanto um grupo com diferentes frentes de atuação, formado por docentes do IPUSP, estudantes de pós-graduação e graduação - indígenas e não indígenas-, tanto do curso de psicologia quanto de outras faculdades e institutos, pessoas indígenas, principalmente das comunidades Mbyá Guarani parceiras, e alguns outros colaboradores externos.

## A Casa de Culturas Indígenas

Com o amadurecimento dos trabalhos da Rede Indígena com as comunidades Mbyá Guarani do estado de São Paulo, em 2017, foi construída a Casa de Culturas Indígenas na IPUSP, que faz referência a uma instituição Guarani, a *Opy*, que, traduzida para o português, é conhecida como uma Casa de Reza, local de encontro diário de uma comunidade para a realização de diversas práticas culturais, políticas e espirituais, como danças, cantos, ritos e diálogos sobre os assuntos pertinentes para a comunidade.



Figura 1. Casa de Culturas Indígenas da USP. Registro feito pelo autor.

Construída em parceria entre a Rede de Atenção à Pessoa Indígena da USP e lideranças Mbyá Guarani da Terra Indígena do Jaraguá, a proposta de sua edificação surge após a identificação de um sentimento de invisibilidade da presença indígena dentro do campus da universidade. Nos encontros em que as pessoas Mbyá Guarani iam para o campus universitário, eles relatavam que os auditórios e salas de aula eram espaços que não se sentiam confortáveis para se estar e se comunicar. Sendo assim, a *Opy* seria um espaço em que seria possível estar presente na universidade a partir dos próprios termos Mbyá Guarani.

Cabe destacar que a sua construção no campus da USP demandou uma negociação entre os saberes construtivos indígenas, sob a orientação do *xeramõi*<sup>2</sup> *Karai Tataendy* e as normas técnicas exigidas pela Superintendência do Espaço Físico da Universidade de São Paulo (SEF-USP).

Sua edificação foi viabilizada por meio de uma parceria estabelecida com o Laboratório de Culturas Construtivas da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAUUSP), para a elaboração de uma planta da edificação e realização de uma oficina com as lideranças Guarani (RESENDE, 2020, p. 65). No processo construtivo, foram realizados “mutirões”, denominados de *Orereko*, com estudantes de graduação e pós-graduação junto com as lideranças Mbyá Guarani.

A participação do *xeramõi Karai Tataendy* tornou-se significativa nos trabalhos desenvolvidos pela Rede Indígena. Pode-se afirmar que ele se tornou um dos mestres dos saberes tradicionais da cultura Mbyá Guarani de referência do grupo, estando presente em diversas atividades. O *xeramõi*, em muitos momentos, orienta os membros da Rede Indígena em relação aos cuidados necessários com a Casa de Culturas Indígenas, sua manutenção e preservação. Por exemplo, é necessário que, regularmente, as paredes sejam rebarreadas, o chão precisa ser nivelado, os instrumentos dentro da Casa precisam de cuidados específicos, e o *xeramõi* auxilia na realização dessas atividades.

---

<sup>2</sup> *Xeramõi* costuma ser traduzido como “ancião” para o português.



Figura 2. Xeramõi Karai Kataendy. Fonte: Portal de divulgação científica do IPUSP.

Ainda que a referência da Casa seja pautada pela cosmologia dos povos Mbyá Guarani, uma das orientações do *xeramõi* foi que o espaço deveria servir para receber e acolher todos os povos indígenas e suas culturas, sem distinção, bem como os *juruá* (não indígenas), desde que as pessoas que entrem nesse local, sagrado para os povos Guarani, estejam de coração aberto para as trocas e aprendizados ali realizados.

É possível observar que, desde sua edificação, a Casa tornou-se um local de referência das culturas indígenas no campus universitário, recebendo pessoas indígenas de diversos povos e ancestralidades em eventos realizados no espaço, bem como um local da articulação do movimento indígena dentro da universidade. Nesse sentido, a presença de uma Casa de Reza Guarani, nomeada como uma Casa de Culturas Indígenas, tem modificado as formas de se pensar a presença e o pertencimento das pessoas indígenas na universidade.

## **O curso de Língua e Cultura Mbyá Guarani na Casa de Culturas Indígenas**

O ensino de línguas nas Instituições de Ensino Superior (IES) está majoritariamente vinculado a uma perspectiva instrumental, com o objetivo de angariar um capital cultural para a evolução profissional e acadêmica, em que se destacam o ensino das línguas de origem europeias. Centrada nessa visão eurocêntrica, as IES ainda atribuem às línguas e às culturas indígenas a lugares marginais no currículo. Sabe-se, por sua vez, que as línguas indígenas, para além do caráter comunicativo-instrumental, ocupam um lugar central na preservação das culturas, tradições e saberes de seus povos, possuindo extrema relevância na luta política dos povos indígenas em defesa de uma educação específica e diferenciada que considere seus os processos de ensino e aprendizagem. Considerando esses aspectos, os povos indígenas enfrentam o desafio de transformar as instituições educacionais em atores estratégicos na valorização das suas línguas e culturas (BANIWA, 2014, p. 23).

Desde 2019, a Rede Indígena junto com as comunidades Mbyá Guarani da cidade de São Paulo, desenvolvem o curso de Língua e Cultura Mbyá Guarani, ofertado gratuitamente para o público interno e externo da universidade em caráter de extensão universitária. As(os) professoras(es) do curso são, em sua maioria, jovens lideranças da Terra Indígena (TI) do Jaraguá e recebem um valor financeiro da universidade por cada aula ofertada. Geralmente, são três docentes que ministram as aulas, contando também com a participação de monitores para auxiliar na realização do curso.

Para além do valor financeiro, as docentes do curso reconhecem a importância de sua realização na universidade, na medida em que possibilita dar visibilidade para as culturas e as lutas de seu povo. Em uma das aulas oferecidas na Casa, uma docente afirmou que era necessário estar presente nesse espaço, ensinando a cultura Mbyá Guarani, porque eles estão sendo constantemente atacados em seus territórios. O curso, assim, possibilita criar canais de comunicação com a sociedade não indígena e elaborar estratégias para conscientizar e reeducar a população branca em relação às violências e ataques sofridos pelas populações indígenas por meio da valorização de suas culturas e conhecimentos tradicionais no espaço universitário.

O curso vem se constituindo como uma importante ação da Rede Indígena, pois vem consolidando uma relação de parceria entre a universidade e as comunidades da TI do Jaraguá na consecução de uma prática educativa referenciada pelos saberes e práticas Mbyá Guarani. O curso permite atingir públicos que, muitas vezes, não têm

familiaridade com a realidade dos povos indígenas do Brasil. Para boa parte das pessoas que se inscrevem no curso, esse é um primeiro contato sobre culturas indígenas. O fato de ele ser oferecido gratuitamente acaba sendo um importante atrativo.

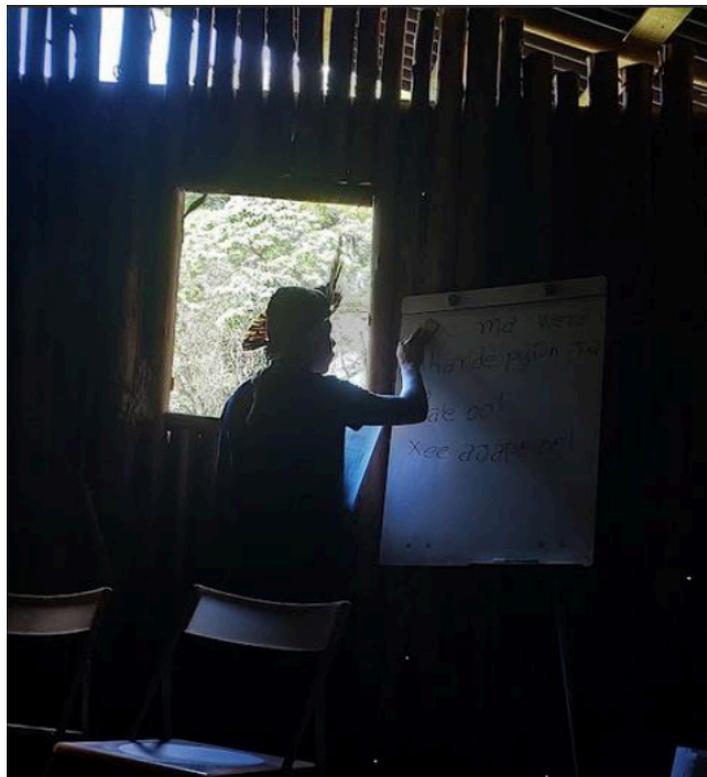


Figura 3. professor Gabriel Wera durante o curso de Língua e Cultura Mbyá Guarani. Registro feito pelo autor.

Os monitores costumam ser estudantes da universidade que atuam como voluntários da Rede Indígena. Eles auxiliam na recepção das professoras do curso, na comunicação com as estudantes e no trato com as demandas burocráticas exigidas pela instituição. O curso também exige que uma docente da universidade fique como responsável pela sua realização perante a instituição, sendo necessário verificar a presença dos participantes e realizar uma forma de avaliação em relação aos conteúdos ensinados para, ao fim do curso, poder oferecer um certificado de participação.

De forma regular, o curso costuma ser oferecido duas vezes ao ano, uma vez no primeiro semestre e outra no segundo semestre. Seu oferecimento já foi realizado por meio de diferentes modalidades: totalmente presencial; em formato híbrido, alternando as aulas presenciais com aulas online, via Google Meet; e também totalmente online,

especialmente durante o período da pandemia de Covid-19. Aproximadamente, o curso costuma contar com a participação de 50 estudantes inscritos.

No total, são oferecidas nove aulas ao longo do curso. Nas aulas, os conteúdos e suas formas de transmissão partem dos conhecimentos tradicionais da cultura Mbyá Guarani. Os professores e integrantes da Rede Indígena montam o programa do curso em conjunto, em que se apresentam tanto os conteúdos relativos à própria língua (alfabeto, fonética, morfologia, sintaxe) quanto aspectos da cultura de modo geral (rituais, cantos sagrados, narrativas mitológicas).

Nos encontros presenciais, as aulas são realizadas na Casa de Culturas Indígenas. A realização desses encontros presenciais exige uma série de demandas logísticas para a recepção das professoras. Uma das dificuldades enfrentadas é conseguir negociar com a universidade o uso de carros para o transporte das professoras das aldeias para a universidade, e da universidade para a aldeia. Em muitas ocasiões, os canais de comunicação da instituição dificultam a viabilização do transporte. Além disso, muitos motoristas contratados que realizam esse serviço demonstram insatisfação em relação ao transporte de pessoas indígenas, evidenciando o racismo institucional presente na universidade, na medida em que seus funcionários não são preparados para trabalhar e recepcionar as pessoas indígenas.

### **Considerações finais**

A USP costuma ser reconhecida como uma das universidades mais prestigiadas do Brasil e da América Latina, ocupando posições de destaque nos rankings internacionais. No entanto, as políticas de democratização de acesso e de descolonização curricular ainda demonstram a perspectiva elitista e eurocentrada da instituição. A participação de pessoas indígenas nos quadros discentes e docentes, bem como a presença das culturas indígenas no currículo, demonstram a baixa participação deste segmento na instituição.

A Casa de Culturas Indígenas e a atuação da Rede Indígena tem buscado romper com esse paradigma ao buscar dar visibilidade e fortalecimento para as culturas indígenas no interior da universidade. Em suas ações, se nota que o grupo busca desenvolver trabalhos com a participação efetiva de pessoas indígenas no desenvolvimento de práticas educativas e trocas de saberes.

Nas diversas atividades desenvolvidas pela Rede Indígena, buscamos apresentar brevemente alguns aspectos do curso de Língua e Cultura Mbyá Guarani. Assim, uma das suas potencialidades reside na sua capacidade em promover uma educação das relações étnico-raciais, na medida em que possibilita apresentar aspectos das culturas e das lutas dos povos indígenas a partir das vozes das próprias pessoas indígenas. Em relação aos desafios, foi apontado como o racismo institucional dificulta a recepção das pessoas indígenas no espaço universitário.

### **Referências bibliográficas**

BANIWA, Gersem José dos Santos Luciano. Língua, Educação e Interculturalidade na perspectiva Indígena. In: **Anais do seminário ibero-americano de diversidade e linguística**, 2014. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/3593>. Acesso em 1 dez. 2023.

BANIWA, Gersem José dos Santos Luciano. Lei das Cotas e os povos indígenas: mais um desafio para a diversidade. **Cadernos de Pensamento Crítico Latino-Americano**, v. 35, p. 18-21. Rio de Janeiro, 2013.

GUIMARÃES, Danilo Silva. Uma casa de culturas indígenas na USP. in: Centro de Estudos da América Latina (org.). **Línguas Ameríndias: ontem, hoje e amanhã**. Fundação Memorial da América Latina, p. 59-62. São Paulo, 2020.

GUIMARÃES, Danilo Silva. **Multiplicação dialógica: ensaios de psicologia cultural**. Tese de Livre Docência. Instituto de Psicologia da USP. 2017.

GUIMARÃES, D. S.; LIMA NETO D. M. D.; SOARES, L. M.; SANTOS, P. D. D.; CARVALHO, T. S. Temporalidade e corpo numa proposta de formação do psicólogo para o trabalho com povos indígenas. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, São Paulo, 2019.

RESENDE, Briseida Dôgo de. “A ideia de ter uma Casa de Reza é dos próprios Guarani”. in: **Línguas Ameríndias: ontem, hoje e amanhã**. Centro de Estudos da América Latina: Fundação Memorial da América Latina, p. 63-66. São Paulo. 2020.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Anuário Estatístico USP**. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://uspdigital.usp.br/anuario/>. Data de acesso: 7 jul. 2024.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Regulamentação da curricularização da extensão na Universidade de São Paulo: conceituação, operacionalização e implementação**. São Paulo, 2023. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1wtHu\\_C9j9M0pL\\_J\\_fhQJAplRkLmJfEd-/view](https://drive.google.com/file/d/1wtHu_C9j9M0pL_J_fhQJAplRkLmJfEd-/view). Data de acesso: 7 jul. 2024.